

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A7-I

O Brasil tem a maior rede hidrográfica e a maior reserva de água doce do planeta. Se levarmos em conta a quantidade de água de territórios estrangeiros que ingressa no país pelas bacias amazônica, do Uruguai e do Paraguai, a vazão média de nossos rios é da ordem de 267 mil metros cúbicos por segundo, ou seja, pouco mais de 100 piscinas olímpicas por segundo. É um volume muito grande de água, que tem um papel de grande importância na vida das pessoas.

No entanto, o país mantém com seus rios uma relação ambígua: as cidades os abraçam para crescer e se desenvolver, criando importante laço para o desenvolvimento urbano e agrícola, mas também os destroem, ao torná-los o principal meio de escoamento de esgoto. Os rios sofrem com a poluição, o assoreamento, o desvio de seus cursos e a destruição das matas ciliares; a beleza da paisagem fica obstruída por mau cheiro, mudança de coloração da água, incapacidade de uso original de seus recursos.

Os cursos d'água possuem múltiplos usos: consumo humano, aproveitamento industrial, irrigação, criação animal, pesca, aquicultura e piscicultura, turismo, recreação, geração de energia, lazer, transporte. A arquiteta e paisagista Maria Cecília Barbieri Gorski, autora do livro **Rios e cidades: ruptura e reconciliação**, afirma que, em algumas regiões do Brasil, rios e córregos estiveram — e ainda estão — associados ao cotidiano de populações ribeirinhas, fornecendo água para as habitações e para a ativação de engenhocas como monjolo e roda d'água. O leito fluvial também é usado para o deslocamento de pessoas e mercadorias, para lavagem de roupas, para atividades extrativistas como a pesca e para a mineração de areia, argila e ouro.

Gercinair Silvério Gandara, historiadora e professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG), analisa as cidades brasileiras de um ponto de vista da beira, ou seja, da perspectiva do rio, do mar, do ribeirão, das estradas, da rodovia, da ferrovia. E, se muitas de nossas cidades são de beira, várias cresceram à custa de seus rios. Por exemplo, em todas as capitais brasileiras, incluindo Brasília, rios tiveram papel importante no desenvolvimento urbano, ainda que muitas vezes eles estejam poluídos, canalizados ou com suas características físicas alteradas. Cidades ribeirinhas de médio e pequeno porte, como Penedo, em Alagoas, Piracicaba, em São Paulo, e Blumenau, em Santa Catarina, têm nos seus rios um fator de vitalidade e atração turística.

Gercinair considera os rios um espaço social em constante transformação. Segundo ela, muitas cidades que nascem voltadas para os rios acabam virando-lhes as costas: “isto resulta das próprias dinâmicas históricas das cidades no cruzamento dos caminhos fluviais e terrestres; assim, as cidades-rios são chaves para a leitura do mundo e do ambiente”.

Questão 1

É correto inferir das ideias do texto CG1A7-I que

- Ⓐ os rios brasileiros são os maiores responsáveis pelo desenvolvimento urbano e agrícola do país.
- Ⓑ a importância da água para uma população depende do volume de água disponível na região onde essa população habita.
- Ⓒ a relação ambígua da população brasileira com seus rios decorre do notório volume de água disponível no país.
- Ⓓ a contaminação dos rios brasileiros é inevitável, dada a necessidade de escoamento de esgoto nos cursos d'água.
- Ⓔ os rios brasileiros merecem melhor tratamento, dada a importância da rede hidrográfica para a vida das pessoas.

Questão 2

Entende-se do texto CG1A7-I que, de acordo com a estudiosa Gercinair Silvério Gandara,

- Ⓐ a alteração das características físicas de um rio não interfere em seu potencial de gerar renda.
- Ⓑ a relação das cidades com os rios próximos a elas se transfigura com o tempo.
- Ⓒ as cidades brasileiras se desenvolvem graças a rios e estradas.
- Ⓓ o desenvolvimento urbano das capitais brasileiras só foi possível por sua proximidade de rios.
- Ⓔ as capitais dos estados brasileiros foram escolhidas em função de sua proximidade de rios ou mares.

Questão 3

Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto CG1A7-I, a forma verbal “levarmos” (segundo período do primeiro parágrafo) poderia ser substituída por

- Ⓐ levado.
- Ⓑ levar.
- Ⓒ levássemos.
- Ⓓ levamos.
- Ⓔ levassem.

Questão 4

No primeiro período do segundo parágrafo do texto CG1A7-I, a palavra “ambígua” foi empregada como sinônimo de

- Ⓐ equivocada.
- Ⓑ enganosa.
- Ⓒ dúbia.
- Ⓓ desleal.
- Ⓔ instável.

Questão 5

No início do segundo parágrafo do texto CG1A7-I, a expressão “No entanto” introduz uma ideia de

- Ⓐ adição.
- Ⓑ concessão.
- Ⓒ oposição.
- Ⓓ conclusão.
- Ⓔ explicação.

Questão 6

Seria mantida a coerência do texto CG1A7-I caso se empregasse, logo após o ponto e vírgula no segundo período do segundo parágrafo, a expressão

- A com isso, seguida de vírgula.
- B a despeito disso, seguida de vírgula.
- C por outro lado, seguida de vírgula.
- D entretanto.
- E mas também.

Questão 7

No primeiro período do terceiro parágrafo do texto CG1A7-I, os dois-pontos foram empregados para introduzir

- A as maneiras como as populações ribeirinhas utilizam os cursos d'água.
- B a listagem de todos os possíveis usos dos cursos d'água.
- C uma gradação dos usos dos cursos d'água conforme a sua frequência.
- D exemplos dos múltiplos usos dos cursos d'água.
- E a explicação do vocábulo “usos”.

Questão 8

A correção gramatical do segundo período do terceiro parágrafo do texto CG1A7-I seria mantida caso

- I os travessões fossem substituídos por parênteses.
- II fosse empregada uma vírgula logo após “engenhocas”.
- III fosse eliminada a vírgula após “Gorski”.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 9

Mantendo-se a coerência e a correção gramatical do texto CG1A7-I, a expressão “à custa de” (segundo período do quarto parágrafo) poderia ser substituída por

- A em torno de.
- B por intermédio de.
- C em prol de.
- D devido os.
- E por consequência de.

Questão 10

Cada uma das próximas opções apresenta uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do último parágrafo do texto CG1A7-I: “acabam virando-lhes as costas”. Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada mantém a correção gramatical e o sentido do texto.

- A acabam inviabilizando seu uso
- B acabam sem eles
- C acabam ignorando-lhes
- D acabam dando as costas à eles
- E acabam descuidando deles

Questão 11

Em relação a componentes de *hardware* de computador, julgue os itens subsequentes.

- I Os registradores de um processador realizam operações lógicas, aritméticas e booleanas.
- II A memória *cache* acelera as operações de gravação, permitindo que o processador grave diretamente no *cache*, deixando que o controlador se encarregue de fazer a gravação na memória posteriormente.
- III Quanto menor for a quantidade de RAM, mais *swap* será usado e mais lento o sistema ficará.
- IV O BIOS contém todo o *software* básico, armazenado no disco rígido, necessário para inicializar a placa-mãe do computador.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

Questão 12

Em um conjunto de armazenamento externo com quatro discos ativos, optou-se pelo máximo desempenho em leitura e escrita, porém, em determinado momento, houve falha em um dos discos, fato que gerou indisponibilidade dos dados.

Nessa situação hipotética, é correto inferir que o arranjo de discos utilizado é do tipo

- A RAID 10.
- B RAID 0.
- C RAID 5.
- D RAID 6.
- E RAID 1.

Questão 13

Em determinado ataque de computador, são enviados vários pacotes e requisições usando uma *bot-net* para bombardear o servidor com requisições, impedindo o fornecimento dos serviços aos usuários e causando prejuízos.

Nessa situação, o ataque descrito é do tipo

- A *phishing*.
- B DDoS (*distributed denial of service*).
- C *flood*.
- D *smurf*.
- E *teardrop*.

Questão 14

A ferramenta usada em ambiente Windows que, em conjunto com a GPO, ajuda a controlar quais aplicativos e arquivos o usuário pode executar, restringindo o acesso a executáveis e a DLLs, é denominada

- A antivírus.
- B *firewall*.
- C *applocker*.
- D RDP (*remote desktop protocol*).
- E *regedit*.

Questão 15

Com referência aos tipos de capacidade e delimitação de escopo de responsabilidades das partes para a adoção de computação em nuvem, julgue os itens seguintes.

- I No modelo tradicional (nuvem privada), as responsabilidades relativas às demandas de TI estão totalmente no controle do cliente.
- II No modelo IaaS, redes, armazenamento, servidores e virtualização são de responsabilidade do fornecedor de serviços de nuvem.
- III No modelo PaaS, o cliente fica responsável pelos dados e pelas aplicações; o fornecedor é responsável pela infraestrutura e pelas plataformas de desenvolvimento.
- IV No modelo SaaS, ocorre o completo gerenciamento dos recursos de TI pelo fornecedor, cabendo ao cliente apenas o monitoramento e o uso dos recursos.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas os itens II e III estão certos.
- C Apenas os itens II e IV estão certos.
- D Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 16

João é cidadão brasileiro que viveu no exterior por muitos anos. Durante esse tempo, ele se casou com Emma, cidadã estrangeira, e o casal teve dois filhos. Recentemente, a família decidiu vir para o Brasil e João está preocupado com os direitos e a nacionalidade de seus filhos e sua esposa no Brasil. João deseja saber se seus filhos, nascidos no exterior, têm direito à nacionalidade brasileira.

Nessa situação hipotética, conforme a Constituição Federal de 1988, os filhos de João

- A terão direito à nacionalidade brasileira somente se residirem no Brasil.
- B podem ter direito à nacionalidade brasileira se forem registrados em uma repartição brasileira competente.
- C não têm possibilidade de obterem a nacionalidade brasileira nem o direito a ela, pois nasceram fora do território nacional.
- D só teriam direito à nacionalidade brasileira se Emma, sua esposa, também fosse brasileira.
- E têm direito à nacionalidade brasileira automaticamente, independentemente de registro em repartição brasileira.

Questão 17

Em determinado país, o Poder Legislativo, formado por deputados e senadores, pode destituir o chefe de governo por meio de um voto de desconfiança, mas o chefe de Estado não pode ser destituído dessa forma.

Nessa situação hipotética, o sistema de governo adotado pelo país em questão é denominado

- A ditadura.
- B monarquia absolutista.
- C presidencialismo.
- D parlamentarismo.
- E semipresidencialismo.

Questão 18

Em um município brasileiro, determinado jornalista escreveu um artigo criticando duramente o governo nas esferas municipal, estadual e federal, no qual expôs didaticamente suas ideias. Após a publicação, ele foi preso sob a alegação de subversão contra o Estado.

Nessa situação hipotética, em relação ao jornalista, houve violação do direito

- A à educação.
- B à propriedade.
- C à liberdade de expressão.
- D ao trabalho.
- E à saúde.

Questão 19

Lídia foi alvo de uma busca domiciliar pela polícia sem um mandado judicial e sem qualquer justificativa, apenas por suspeita de envolvimento em atividades ilícitas.

Nessa situação hipotética, conforme a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, foi violado o direito de Lídia à

- A privacidade.
- B proteção judicial.
- C vida.
- D integridade pessoal.
- E liberdade de expressão.

Questão 20

Determinado servidor público, durante uma vistoria, identificou uma empresa que está operando sem as devidas licenças, o que configura uma infração administrativa. Utilizando os poderes administrativos que competem ao seu cargo, o referido servidor público decidiu aplicar sanções à empresa e ordenar a interrupção imediata das atividades.

Nessa situação hipotética, o servidor fez uso do poder administrativo

- A normativo.
- B disciplinar.
- C hierárquico.
- D de polícia.
- E regulamentar.

Questão 21

Caso um órgão público necessite adquirir, por inexigibilidade de licitação, equipamentos de informática, o processo de contratação deverá ser obrigatoriamente instruído, entre outros, com

- A documento que comprove que o fornecedor não foi condenado por qualquer infração.
- B pesquisa de mercado que avalie o preço proposto.
- C a razão da escolha do contratado.
- D atestado de conformidade.
- E a comprovação de o fornecedor já ter vencido licitação do órgão contratante.

Questão 22

Um servidor público aplicou uma multa a uma empresa por esta não seguir as determinações contidas em determinado contrato. A empresa contestou a multa, alegando que o servidor público não tinha a competência para aplicar sanções administrativas.

Nessa situação hipotética, entre os atributos do ato administrativo, aquele que garante que a multa aplicada pelo servidor público será considerada válida até prova em contrário é a

- A presunção de legitimidade.
- B autoexecutoriedade.
- C imperatividade.
- D vinculação.
- E discricionariedade.

Questão 23

O controle judicial da administração pública, que tem por objetivo assegurar a legalidade dos atos administrativos,

- A é exercido de ofício pelo Poder Judiciário, independentemente de provocação.
- B pode anular ato administrativo ilegal, mas não substituí-lo por outro.
- C pode anular atos administrativos por conveniência e oportunidade.
- D pode apreciar a legalidade e o mérito dos atos administrativos.
- E não pode anular atos administrativos praticados com abuso de poder.

Questão 24

Em determinado estado, onde 55% dos estudantes são do sexo feminino, 60% de estudantes do sexo feminino e 70% de estudantes do sexo masculino tiveram desempenho satisfatório na disciplina de matemática. Ao se escolher aleatoriamente um estudante, observou-se que seu desempenho em matemática foi satisfatório.

Nessa situação hipotética, a probabilidade de que o estudante escolhido seja do sexo feminino é igual a

- A $\frac{33}{100}$.
- B $\frac{22}{43}$.
- C $\frac{21}{43}$.
- D $\frac{44}{71}$.
- E $\frac{27}{71}$.

Questão 25

O número de usuários do sistema de abastecimento de águas de determinado estado cresce 10% a cada dois anos em relação à quantidade de usuários do biênio anterior. Atualmente, 3 milhões de pessoas têm acesso ao sistema de águas desse estado.

Nessa situação hipotética, em seis anos a partir do momento atual, o número de usuários do sistema de águas será

- A inferior a 3,3 milhões.
- B superior a 3,3 milhões e inferior a 3,9 milhões.
- C superior a 3,9 milhões e inferior a 4,5 milhões.
- D superior a 4,5 milhões e inferior a 5,1 milhões.
- E superior a 5,1 milhões.

Questão 26

O volume de água V a ser distribuído para as cidades de João Pessoa, Campina Grande e Patos é proporcional à população de cada cidade. Nesse caso, se a população de Campina Grande for metade da população de João Pessoa e a população de Patos for 4 vezes menor que a população de Campina Grande, então o volume de água que deverá ser destinado à cidade de Campina Grande será de

- A $\frac{1}{4}V$.
- B $\frac{8}{13}V$.
- C $\frac{1}{13}V$.
- D $\frac{4}{13}V$.
- E $\frac{1}{2}V$.

Espaço livre

Questão 27

No estado da Paraíba, Leandro é aposentado de uma empresa pública do estado; Gustavo é militar da reserva do Corpo de Bombeiros do estado; Bernardo é aposentado de um cargo efetivo de uma secretaria do estado.

Nessa situação hipotética, nos termos da Constituição do Estado da Paraíba, se os três indivíduos citados forem aprovados em concurso público para ocupar um cargo da CAGEPA, será lícita a percepção de proventos e aposentadoria apenas por

- A Bernardo e Leandro.
- B Leandro.
- C Gustavo e Bernardo.
- D Gustavo.
- E Bernardo.

Questão 28

Determinada sociedade de economia mista pretende realizar as seguintes contratações.

- A contratação de associação de pessoas com deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços com preço compatível com o praticado no mercado
- B contratação de remanescente de obra, em consequência de rescisão contratual, atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido
- C contratação de serviço técnico especializado em treinamento e aperfeiçoamento de pessoal com empresa de notória especialização, em situação caracterizada por inviabilidade de competição

Nessa situação hipotética, nos termos da Lei n.º 13.303/2016, será dispensável a realização de licitação

- A na contratação C somente.
- B nas contratações A e B somente.
- C nas contratações B e C somente.
- D nas contratações A e C somente.
- E nas contratações A, B e C.

Questão 29

Conforme a Resolução n.º 2/2010 da Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB), a pessoa física responsável legal de imóvel situado em logradouro que não disponha dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário é denominada usuário

- A factível.
- B fictício.
- C temporário.
- D veranista.
- E potencial.

Questão 30

De acordo com a Resolução n.º 1/2012 da ARPB, constitui conduta sujeita à imposição da penalidade de multa

- I deixar de prover as áreas de risco, definidas na legislação, com a instalação de sinalizadores e avisos de advertência, de forma adequada à visualização de terceiros.
- II deixar de manter normas e instruções de operação atualizadas para a operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.
- III deixar de disponibilizar aos usuários estrutura de atendimento adequada, que lhes possibilite fácil acesso à prestadora dos serviços.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 31**

Assinale a opção que apresenta o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

- A** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- B** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- C** Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República
- D** Conselho de Governo
- E** Conselho Nacional do Meio Ambiente

Questão 32

O servidor público que omitir a verdade em procedimento de licenciamento ambiental estará sujeito

- A** apenas a reclusão.
- B** apenas a multa.
- C** apenas detenção.
- D** a detenção e multa.
- E** a reclusão e multa.

Questão 33

Os princípios explícitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos incluem

- I a razoabilidade e a proporcionalidade.
- II o direito da sociedade ao controle social.
- III a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.
- IV a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade.
- V proteção da saúde pública.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I, II e V estão certos.
- B** Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- C** Apenas os itens I, III e V estão certos.
- D** Apenas os itens I, II, III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 34

Promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários compete

- A** ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
- B** conjuntamente aos conselhos nacional e estaduais de recursos hídricos.
- C** à Agência Nacional de Águas.
- D** aos comitês de bacia hidrográfica.
- E** a quaisquer órgãos do poder público federal relacionados com a gestão de recursos hídricos.

Questão 35

Na hipótese de prescrição de receita comprovadamente errada, a responsabilidade pelos danos causados à saúde de pessoas e ao meio ambiente por ocasião da comercialização e da utilização de agrotóxicos cabe ao

- A** empregador.
- B** prestador de serviços.
- C** registrante.
- D** profissional prescritor.
- E** comerciante.

Questão 36

O Código Florestal considera como de utilidade pública

- A** as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa.
- B** a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade.
- C** as atividades de segurança nacional e proteção sanitária.
- D** as atividades de pesquisa e extração de areia.
- E** a regularização fundiária de assentamentos humanos em áreas urbanas consolidadas.

Questão 37

Conforme a Lei da Política Nacional de Saneamento Básico, o aglomerado rural assim definido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística constitui

- A** um bloco de referência.
- B** um núcleo urbano.
- C** uma unidade regional.
- D** uma localidade de pequeno porte.
- E** uma microrregião.

Questão 38

De acordo com a Lei do Parcelamento do Solo Urbano, verificado que o loteamento não se encontra regularmente executado ou notificado pela prefeitura municipal, deverá o adquirente do lote

- A** comunicar o Ministério Público.
- B** suspender o pagamento das prestações restantes.
- C** depositar o valor das prestações em juízo.
- D** denunciar o loteador.
- E** pedir anulação do registro.

Questão 39

Segundo as disposições do Código Civil, é anulável o negócio jurídico

- A** quando for indeterminável o seu objeto.
- B** se o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- C** por incapacidade relativa do agente.
- D** não revestido da forma prescrita em lei.
- E** quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

Questão 40

A respeito da prescrição, assinale a opção correta.

- A** Desde que expressa, a renúncia à prescrição poderá se dar antes de consumada.
- B** A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, desde que o alegante seja o réu.
- C** As pessoas jurídicas têm direito de ação contra os representantes legais que não alegarem oportunamente a prescrição.
- D** A morte é causa de suspensão da prescrição contra os sucessores do falecido.
- E** Desde que não haja prejuízo a terceiros, os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

Questão 41

Se um terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele era insolvente e o credor o ignorava, ocorrerá

- A** a assunção de dívida.
- B** a cessão de crédito.
- C** a compensação.
- D** o pagamento com sub-rogação.
- E** a novação.

Questão 42

A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre

- I o fim da personalidade.
- II o nome.
- III a capacidade.
- IV a propriedade.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e IV estão certos.
- B Apenas os itens II e III estão certos.
- C Apenas os itens I, II e III estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 43

Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo

- A da data da primeira assembleia geral.
- B da data do registro.
- C da publicação de sua inscrição no registro.
- D da data do conhecimento pelo interessado.
- E do início do funcionamento.

Questão 44

No tocante a propriedade industrial, direitos autorais, patentes e marcas, assinale a opção correta.

- A As marcas notoriamente conhecidas são protegidas em todos os ramos de atuação, enquanto as marcas de alto renome registradas no Brasil são protegidas apenas em seu ramo de atuação.
- B O registro do objeto do direito industrial se destina à prova de anterioridade, enquanto o registro autoral da obra tem natureza constitutiva.
- C A vigência da patente de invenção possui prazo de vinte anos, prorrogável por igual período, contado a partir da data do depósito do pedido de patente.
- D São requisitos para a obtenção da concessão do direito industrial de patente: novidade, atividade inventiva, industriabilidade e desimpedimento.
- E O chamado “período de graça” é o prazo concedido ao inventor para divulgação de sua invenção, contado a partir do depósito do pedido de patente.

Questão 45

Acerca das operações de transformação e encerramento das sociedades, assinale a opção correta.

- A Em caso de cisão, seja ela parcial ou total, a sociedade cindida extingue-se.
- B O ato de transformação depende de dissolução ou liquidação da sociedade.
- C A dissolução de uma companhia, em caso de falência, ocorre por deliberação da assembleia geral.
- D Na liquidação judicial, o liquidante nomeado pela assembleia geral, caso o estatuto seja silente a esse respeito.
- E A incorporação e a fusão são formas de extinção de uma companhia.

Questão 46

No tocante a desconsideração da personalidade jurídica e desconsideração inversa da personalidade jurídica, assinale a opção correta.

- A De acordo com entendimento do STJ, a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica deve incidir mediante mera prova de que a pessoa jurídica não pode pagar suas obrigações, diante da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.
- B A desconsideração inversa da personalidade jurídica se justifica quando o executado, pessoa física, com o intuito de fraudar a execução, transfere para seu patrimônio pessoal bens da pessoa jurídica sob seu controle direto ou indireto.
- C A confusão patrimonial caracteriza-se pelo pagamento recorrente pela sociedade de obrigações do sócio ou vice-versa, bem como a transferência de ativos/passivos sem efetivas contraprestações, exceto valores proporcionalmente insignificantes.
- D No âmbito da teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, exige-se a prova do desvio de finalidade da sociedade aliada à confusão patrimonial.
- E Conforme entendimento do STJ, o encerramento irregular da sociedade aliado à falta de bens capazes de satisfazer o crédito exequendo constitui motivos suficientes para a desconsideração de personalidade jurídica.

Questão 47

Em relação a coligações de sociedades e consórcios, assinale a opção correta.

- A A falência de uma consorciada contamina o consórcio, que deve encerrar suas atividades na forma da lei.
- B Sociedade coligada é aquela de cujo capital outra sociedade possua a maioria dos votos nas deliberações dos quotistas ou da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores.
- C Sociedade de simples participação é aquela que participa, com 10% ou mais, do capital da outra, sem controlá-la.
- D As consorciadas se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade.
- E Ao ser constituído para a execução de determinado empreendimento, o consórcio adquire personalidade jurídica própria.

Questão 48

Acerca da concentração empresarial e da defesa da livre concorrência, assinale a opção correta.

- A A promoção denominada queima de estoque temporária e localizada caracteriza a prática de preços predatórios.
- B Ocorre uma concentração vertical quando agentes econômicos distintos ofertam produtos ou serviços substitutos entre si.
- C Para a definição de mercado relevante considera-se a impossibilidade de substituição de um produto por outro, em razão de o produto não ter substitutos ou não poder ser obtido.
- D Presume-se que uma empresa ou grupo de empresas detém posição dominante de mercado quando controla metade do mercado em que atua.
- E Uma empresa ou grupo de empresas que possui posição dominante em um mercado relevante necessariamente possui poder de mercado.

Questão 49

A luz do Código de Processo Civil (CPC), assinale a opção correta acerca da multa aplicada no caso de descumprimento da obrigação de fazer ou de não fazer no cumprimento da sentença.

- Ⓐ O valor da multa será devido ao tribunal em que tramitar o processo.
- Ⓑ A multa tem caráter meramente indenizatório.
- Ⓒ A multa não pode ser aplicada nos casos de tutela provisória.
- Ⓓ A multa é devida independentemente de intimação do devedor para cumprir a obrigação.
- Ⓔ A multa pode ser modificada pelo juiz, de ofício, a qualquer momento.

Questão 50

A luz do CPC, assinale a opção correta a respeito da caução exigida no cumprimento provisório de sentença.

- Ⓐ A caução poderá ser dispensada se a sentença estiver em consonância com súmula do STF.
- Ⓑ A caução não será exigida caso ocorra a transferência de posse do imóvel objeto do cumprimento provisório de sentença.
- Ⓒ A caução poderá ser dispensada se o valor do crédito for inferior a cinco salários mínimos.
- Ⓓ A caução poderá ser dispensada se o credor comprovar que não possui bens.
- Ⓔ A caução deverá ser prestada em autos apartados.

Questão 51

Considerando os poderes e deveres do juiz na direção do processo, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em nenhum momento do processo, o juiz poderá promover a autocomposição das partes sem que seja por elas provocado.
- Ⓑ O juiz não pode dilatar prazos processuais, mesmo que isso implique conferir maior efetividade à tutela de direito.
- Ⓒ Incumbe ao juiz indeferir postulações meramente protelatórias para garantir a dignidade da justiça.
- Ⓓ Cabe ao juiz manter a ordem de produção dos meios de prova, não podendo ele realizar sua alteração sob pena de ser decretada sua nulidade.
- Ⓔ O juiz não tem poder para requisitar força policial, mesmo quando necessário.

Questão 52

No que se refere à citação, assinale a opção correta.

- Ⓐ A citação do militar em serviço ativo somente poderá ser feita em sua residência.
- Ⓑ O oficial de justiça depende de determinação judicial para poder citar por hora certa.
- Ⓒ O réu que se ausentar do Brasil será citado na pessoa de seu advogado.
- Ⓓ O oficial de justiça, havendo suspeita de ocultação, deverá intimar qualquer pessoa da família ou vizinho de que voltará no dia útil imediato, na hora que designar.
- Ⓔ A citação somente será válida se a pessoa da família que foi intimada estiver presente.

Questão 53

A luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a opção correta.

- Ⓐ A instituição de um imposto extraordinário não pode conduzir a um *bis in idem* e não se sujeita aos princípios da anterioridade e da reserva das competências impositivas.
- Ⓑ Tributos constituem obrigação *ex lege*.
- Ⓒ A CF delegou à legislação infraconstitucional a tarefa de traçar o arquétipo genérico de cada tributo, limitando-se a fazer distinção nominal de cada espécie tributária.
- Ⓓ O imposto é uma exação vinculada dependente de uma contraprestação estatal.
- Ⓔ Na parafiscalidade, uma terceira pessoa arrecada tributo que não criou para sustentar encargos próprios do Estado.

Questão 54

Considerando as normas de direito tributário em vigor, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não é possível a restituição da diferença de ICMS pago a maior no regime de substituição tributária para frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.
- Ⓑ A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- Ⓒ A cobrança da contribuição de melhoria não exige lei específica prévia para cada obra sobre a qual queira o poder público instituir o tributo, bastando para isso a previsão geral do CTN e a comprovação da valorização imobiliária pelo ente tributante.
- Ⓓ Não é possível a cessão a terceiros de créditos de empréstimo compulsório sobre energia elétrica.
- Ⓔ A competência tributária não se exaure com a edição da lei veiculadora da norma jurídica tributária.

Questão 55

A respeito de fato gerador, obrigação e lançamento tributários, observados a CF, o CTN e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- Ⓐ O privilégio do crédito tributário é quase absoluto, pois a sua cobrança judicial se sujeita ao concurso de credores, mas não a habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
- Ⓑ A exemplo do objeto da obrigação tributária principal, o objeto da obrigação tributária acessória é de natureza patrimonial.
- Ⓒ O fato gerador do ITBI ocorre, sob os aspectos material e temporal, com a transmissão da propriedade imobiliária, mediante o registro do negócio jurídico no ofício competente.
- Ⓓ O lançamento cria a obrigação tributária, dando liquidez, certeza e exigibilidade ao tributo, razão pela qual a atividade administrativa é vinculada e obrigatória.
- Ⓔ De acordo com o CTN, a responsabilidade por infrações da legislação tributária tem natureza subjetiva, pois independe da vontade do agente.

Questão 56

No que concerne a aspectos gerais do direito tributário, observada a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os princípios constitucionais tributários têm por destinatário exclusivo o poder estatal, que deve se submeter à imperatividade de suas restrições.
- Ⓑ O recurso administrativo suspende a exigibilidade do crédito tributário enquanto perdurar o contencioso administrativo, nos termos do CTN, iniciando-se a contagem do prazo prescricional.
- Ⓒ A jurisprudência pátria é firme no sentido de que existe direito adquirido ao regime jurídico de imunidade tributária.
- Ⓓ As pessoas portadoras de moléstia grave, ainda que se encontrem em atividade laboral, fazem jus à isenção do imposto de renda incidente sobre seus rendimentos e proventos de aposentadoria.
- Ⓔ A introdução clandestina de cigarros no território nacional configura mera elisão fiscal.

Questão 57

À luz da CF e da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito das limitações ao poder de tributar.

- A No Brasil, a imunidade tributária alcança os impostos, as contribuições e as taxas.
- B As concessões ou revogações de isenções fiscais não se submetem ao princípio da anterioridade.
- C O sistema tributário nacional desconhece o princípio da uniformidade.
- D A tributação encontra três limites: a reserva de lei, a disciplina de lei e os direitos que a CF garante.
- E O princípio da tipicidade tributária diz respeito à legalidade formal, isto é, à necessidade de veiculação do tributo mediante lei.

Questão 58

Acerca da proteção ao trabalho da mulher, assinale a opção correta no que diz respeito à estabilidade da gestante.

- A Se o exame confirmatório da gravidez ocorrer após a demissão da empregada ter sido consolidada, não será assegurada a garantia de emprego à empregada gestante.
- B À empregada gestante que ocupe cargo em comissão, demissível *ad nutum*, é assegurado o direito à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.
- C O direito à estabilidade provisória da gestante prescinde da ciência da gravidez pelo empregador.
- D A estabilidade temporária assegurada à gestante não é aplicável aos casos em que a empregada seja admitida mediante contrato por tempo determinado e esteja em período de experiência.
- E A garantia de emprego à gestante somente autoriza a reintegração se esta ocorrer durante o período da estabilidade.

Questão 59

A respeito da justa causa e da rescisão indireta do contrato de trabalho, de acordo com a jurisprudência do TST, assinale a opção correta.

- A Configura-se abandono de emprego quando o empregado deixa de comparecer ao trabalho por trinta dias consecutivos, bastando que o empregador comprove as faltas ao trabalho para justificar a aplicação da justa causa ao empregado.
- B A falta de recolhimento, pelo empregador, das parcelas relativas ao FGTS justifica o pedido de indenização pelo empregado, mas não enseja a rescisão indireta do contrato de trabalho.
- C Para que o empregador promova a dispensa do empregado por justa causa, a falta cometida deve ser extremamente grave, de forma a impedir a continuidade do vínculo trabalhista; nesse caso, o ônus da prova caberá ao empregador.
- D A falta injustificada ao trabalho por três dias consecutivos é fato que configura desídia do empregado no desempenho de suas funções; no entanto, tal conduta irregular não exige habitualidade, bastando que haja a aplicação de penalidades gradativas.
- E O alcoolismo crônico do empregado é uma condição que autoriza uma empresa a demitir um empregado por justa causa.

Questão 60

De acordo com a jurisprudência do TST, o empregado que realiza a higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação tem direito ao recebimento de adicional de

- A insalubridade em grau máximo.
- B insalubridade em grau médio.
- C insalubridade em grau mínimo.
- D periculosidade cumulado com adicional de insalubridade em grau máximo.
- E periculosidade cumulado com adicional de insalubridade em grau médio.

Questão 61

No que se refere aos membros de CIPAs e à estabilidade provisória do emprego desses membros, assinale a opção correta.

- A O mandato de empregado eleito como membro de CIPA terá a duração de um ano, sendo permitida uma reeleição.
- B Os representantes de CIPA serão eleitos entre os empregados interessados e que possuam filiação ao sindicato da classe respectiva.
- C Membro eleito como suplente de CIPA não goza da estabilidade provisória, visto que tal estabilidade só se aplica aos membros titulares ou ao suplente que vier a assumir a vaga de membro titular.
- D A estabilidade do membro de CIPA constitui uma vantagem pessoal ao membro eleito.
- E Se a empresa for extinta, o membro eleito de CIPA terá o direito de receber uma indenização do período em que ainda teria estabilidade.

Questão 62

A respeito das relações de trabalho, assinale a opção correta no que se refere aos trabalhos autônomo, temporário e avulso.

- A O trabalhador avulso não terá direito ao recebimento de horas extras, mas somente às horas previstas inicialmente em contrato.
- B O trabalhador avulso não possui vínculo empregatício, mas possui os mesmos direitos de um trabalhador que possui vínculo empregatício.
- C O trabalhador temporário exerce uma atividade profissional para uma empresa, sem vínculo e sem subordinação, e negocia diretamente com o tomador dos serviços suas condições de trabalho.
- D O estivador portuário é um exemplo típico de trabalhador temporário.
- E O trabalhador autônomo é aquele contratado pela empresa por um prazo máximo de 90 dias para executar atividades em momentos de grande demanda.

Questão 63

Caracteriza a suspensão do contrato individual de trabalho a hipótese de o empregado

- A comparecer em juízo para exercer função de jurado em tribunal do júri.
- B gozar de férias anuais remuneradas.
- C ausentar-se para cumprimento de exigência do serviço militar, tal como a apresentação anual de reservista.
- D gozar de licença-paternidade.
- E ser afastado em razão de penalidade disciplinar aplicada.

Questão 64

Acerca do que dispõe o Código de Defesa do Consumidor (CDC) sobre a responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, julgue os itens que se seguem.

- I O comerciante somente será responsável, nos termos do CDC, quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados.
- II O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- III O fornecedor de serviços não será responsabilizado quando provar a existência de culpa concorrente do consumidor ou de terceiro.
- IV O serviço não é considerado defeituoso em decorrência da adoção de novas técnicas.
- V O fornecedor de serviços não será responsabilizado quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexistiu.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e V estão certos.
- B Apenas os itens II e III estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, IV e V estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 65

De acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ, constitui relação jurídica de consumo à qual se aplica o Código de Defesa do Consumidor (CDC) o

- A contrato de franquia firmado entre franqueador e franqueado.
- B contrato de plano de saúde administrado por entidade de autogestão.
- C contrato de empreendimento habitacional promovido por sociedade cooperativa.
- D contrato firmado entre representante comercial autônomo e sociedade representada.
- E contrato previdenciário celebrado com entidade fechada de previdência complementar.

Questão 66

Pedro contratou a empresa VoeJá S.A. para a realização de serviço de transporte aéreo, com saída de São Paulo e chegada em Lisboa. Ao desembarcar no aeroporto de Lisboa, Pedro foi surpreendido com a informação de que suas bagagens foram extraviadas em razão de vício no serviço prestado.

Nessa situação hipotética, conforme o entendimento do STF, é cabível que Pedro pleiteie que a companhia aérea pague indenização relativa a

- A danos extrapatrimoniais limitados às convenções das quais o Brasil seja signatário e danos patrimoniais ilimitados.
- B danos extrapatrimoniais apenas.
- C danos extrapatrimoniais ilimitados e danos patrimoniais limitados às convenções das quais o Brasil seja signatário.
- D danos patrimoniais apenas.
- E danos extrapatrimoniais ilimitados e danos patrimoniais ilimitados.

Questão 67

De acordo com o CDC, considera-se direito básico do consumidor

- A a adequada e eficaz prestação dos serviços privados em geral, visto que aos serviços públicos não se aplica o CDC.
- B a inversão do ônus da prova a seu favor no processo civil, quando, a critério do juiz, a alegação do consumidor for verossímil ou quando ele for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.
- C a proibição de colocação no mercado de consumo de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- D a revisão de cláusulas contratuais em razão de fatos supervenientes e imprevisíveis que tornem as prestações excessivamente onerosas.
- E o acesso aos órgãos judiciários com vistas à prevenção ou reparação de danos, desde que haja o prévio esgotamento da controvérsia nos órgãos administrativos.

Questão 68

De acordo com o CDC, assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil do comerciante.

- A O comerciante será responsabilizado por fato do produto quando não conservar adequadamente um produto perecível.
- B O comerciante será responsabilizado em qualquer hipótese em que houver um fato do produto.
- C A responsabilidade do comerciante será subsidiária quando houver um vício do produto.
- D Caso um comerciante realize a pesagem ou a medição de um produto e o instrumento utilizado não esteja aferido segundo os padrões oficiais, a responsabilidade será somente do fabricante do instrumento, em razão do vício de quantidade.
- E O comerciante não será responsabilizado por fato do produto quando o produto for fornecido sem a clara identificação do fabricante, produtor, construtor ou importador.

Questão 69

Acerca dos bancos de dados e cadastros de consumidores, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STJ.

- A Cabe ao credor realizar a notificação do devedor antes de proceder à inscrição do nome deste em cadastro de proteção ao crédito.
- B A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de cinco anos, independentemente da prescrição da execução.
- C Incumbe ao órgão mantenedor de cadastro de proteção ao crédito a exclusão do registro da dívida em nome do devedor a partir do integral e efetivo pagamento do débito.
- D É indispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.
- E É cabível a indenização por dano moral em razão de anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, ainda que haja inscrição legítima preexistente.

Questão 70

Considerando que Maria tenha sido cobrada indevidamente de tarifas de água e esgoto, assinale a opção correta, de acordo com o CDC e a jurisprudência do STJ.

- A Para que Maria possa pleitear a restituição em dobro, basta que demonstre a cobrança indevida e a ausência de engano justificável por parte do fornecedor.
- B O prazo para que Maria reclame da existência de vício no serviço é o prazo decadencial estabelecido no CDC.
- C O prazo para que Maria reclame da existência de vício no serviço é o prazo prescricional estabelecido no CDC.
- D Ação de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto proposta por Maria estará sujeita ao prazo prescricional estabelecido no Código Civil.
- E O CDC não prevê a possibilidade de restituição em dobro em caso de cobrança indevida em desfavor de Maria.